# INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 0xx/2023

Dispõe sobre os Procedimentos de Controle e Gerenciamento no uso da Frota de Veículos e Máquinas da Administração Municipal.

A Controladoria Geral do Município de Xxxxxxxxxxxx, de acordo com as atribuições que lhe a Lei Complementar Municipal n° xxxxx, de xx de xxx de xx, e,

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar o uso da frota de veículos e máquinas do Município;

Considerando a necessidade de regulamentar procedimento para o uso e abastecimento dos veículos e política disciplinar para os condutores;

Considerando a necessidade de fortalecer o sistema de Controle Interno, no âmbito do Município;

Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos expressamente no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal e a imperiosa existência de regras claras e transparentes quanto ao uso do patrimônio público por seus agentes.

# RESOLVE:

Capítulo I

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1ºEsta Instrução Normativa disciplina as normas de gerenciamento, uso e controle da frota de máquinas e veículos automotores próprios e/ou alugados no âmbito do Poder Executivo do Município de Xxxxxxxxxxxx.

# Capítulo II

**DA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS**

Art. 2ºA frota de veículos próprios do Município de Xxxxxxxxxxxx portarão seu número de patrimônio afixado na coluna lateral do veículo.

Parágrafo Único –Nos veículos em que não for possível afixar seu número de patrimônio na coluna lateral, o mesmo deverá ser fixado em outro local visível e seguro do veículo;

Art. 3ºOs veículos serão identificados:

I - Nas portas dianteiras, por meio de adesivos contendo um dos símbolos oficiais definidos pela Lei Orgânica Municipal, tais como a bandeira e o brasão.

II - Na parte traseira haverá um adesivo contendo a frase “Como estou dirigindo?” e o número de telefone da Ouvidoria Municipal para eventual comunicação do interessado.

III - Na parte inferior direito do para-brisa de veículos e caminhões deverá constar adesivo contendo a frase “Proibido carona”.

§ 1° A identificação nos equipamentos e nas motocicletas deverão ter proporções que sejam possíveis a fácil identificação do Município de Xxxxxxxxxxxx.

§ 2° Os veículos adquiridos através de convênios, transferências especiais ou similares, poderão ter caracterizações adicionais, conforme regulamento próprio.

§ 3ºA critério do secretário da pasta correspondente, a identificação de certos veículos sob sua jurisdição poderá ser dispensada nos casos em que essa identificação possa comprometer os resultados de fiscalização ou a apuração de denúncias.

# Capítulo III

**DA POLÍTICA DISCIPLINAR PARA OS MOTORISTAS/CONDUTORES DE VEÍCULOS**

Art. 4º A condução dos veículos oficiais somente poderá ser realizada por servidor que possuir atribuição no cargo e for devidamente habilitado.

Art. 5º A Carteira Nacional de Habilitação, deverá ser compatível ao tipo de veículo que o condutor irá utilizar, conforme o Código Brasileiro de Trânsito – Lei nº. 9.503, de 23/09/97, a saber:

I – Categoria A – condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral.

II – Categoria B – condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista.

III – Categoria C – condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas.

IV – Categoria D – condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista.

V – Categoria E – condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria trailer.

§ 1º O condutor de transporte escolar é obrigado a ter o Certificado do Curso de Formação de Condutores de Veículos *de* Transporte Escolar*,* expedido em parceria SEST/SENAT.

§ 2º O  Código Brasileiro de Trânsito estabelece a obrigatoriedade do exame toxicológico para motoristas das categorias C, D e E, com idade inferior a 70 anos.

# Capítulo IV

**DO USO DOS VEÍCULOS**

Art. 6º O servidor que fizer uso de veículo ou máquina da frota municipal fará o registro em diário de bordo nos moldes do Anexo I e II desta Instrução Normativa, contendo a identificação do motorista, data, horário de saída e retorno, hodômetro ou horímetro de saída e retorno, bem como o seu destino e/ou cidade.

Art. 7°O servidor deverá verificar as condições do veículo no ato da retirada e de sua entrega, quanto à limpeza, documentação, mecânica, sistema elétrico, entre outros itens de segurança.

Parágrafo Único –No caso de constatação de anormalidades:

I – Serão regularizadas antes da viagem, quando possível.

II – Em não sendo possível a regularização em momento anterior à viagem, desde que a ocorrência não coloque em risco as pessoas, os bens e o cumprimento da lei, as inconformidades serão cientificadas ao superior imediato e constarão do registro que precede a viagem e regularizadas no retorno pelo setor de frotas.

III – Ocasionarão a suspensão da viagem com o veículo e a adoção de providências pelo setor de frotas.

Art. 8º Visando atender aos princípios da administração pública, sob pena de responsabilidade funcional do condutor e de quem tenha autorizado tal transporte, é vedado o uso de veículos da frota municipal para:

I – Fazer transporte de servidor público, da residência para o trabalho e vice-versa, salvo em casos de necessidade ao cumprimento dos serviços a que se destina o veículo, bem como quando destinado o uso ao cumprimento de plantões diversos.

II – Transporte nos veículos oficiais, de pessoas estranhas aos mesmos, exceto nos casos de emergências que envolvam risco à vida e quando da necessidade ao cumprimento dos serviços a que se destina o veículo.

III – A retirada ou dano a identificação do veículo pelo condutor.

IV – Servir de transporte para passeio ou excursão de qualquer natureza.

V – Ceder à direção a terceiros.

VI – Ser conduzido e/ou utilizado por servidor público quando afastado, por qualquer motivo, do exercício da respectiva função.

VII – Uso para fins particulares.

Art. 9° Aos condutores será atribuída à responsabilidade pelo cometimento de infração de trânsito, e implicará no pagamento da multa por parte do condutor infrator, bem como civil e penalmente em caso de imperícia, imprudência e negligência, podendo esta ser descontado em sua folha de pagamento, a vista ou parcelado.

Parágrafo Único: Nos casos de infrações relativas à documentação ou regularidade dos veículos, a responsabilidade recairá sobre o responsável pelo departamento em que o veículo esteja lotado/departamento de frotas.

# Capítulo V

**DO MONITORAMENTO E PREENCHIMENTO DO DIÁRIO DE BORDO**

Art. 10 No final de cada mês, o motorista ou operador deverá encaminhar o diário de bordo devidamente preenchido e sem rasuras por completo ao responsável pela frota da respectiva área, para arquivo e retirar outro diário de bordo em branco para o uso no mês seguinte.

§ 1°Quando o veículo for utilizado por mais de um motorista ou operador, a responsabilidade de recolha e fornecimento dos diários de bordo é do responsável pelo setor de frotas da respectiva área.

§ 2° É de responsabilidade do servidor que fizer uso de veículo ou máquina a obrigatoriedade do uso e do correto preenchimento do diário de bordo.

§ 3° A falta de preenchimento ou do preenchimento incorreto deverá ser notificado pelos Secretários Municipais responsáveis pelos veículos, sendo de responsabilidade solidária quanto à omissão deste para o correto preenchimento do diário de bordo.

Art. 11 O responsável pelo setor de frota deverá conferir os diários de bordo, e se constatada anotações de defeitos e/ou irregularidades no veículo, deverão ser remetidas cópias aos respectivos secretários a que o veículo pertence para programação de manutenção e/ou regularização do mesmo.

# Capítulo VI

**DO ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Art. 12O condutor de veículo pertencente à frota municipal, quando se envolver em acidente de trânsito, com ou sem vítima, deverá adotar os seguintes procedimentos, ainda no local:

I – Comunicar o ocorrido ao departamento onde o servidor e o veículo envolvido estiverem lotados e este deverá comunicar o departamento de frotas para que seja acionado o seguro, se existente.

II – Solicitar a presença de viatura da polícia de trânsito responsável, a fim de proceder à ocorrência do acidente comunicando necessariamente, tratar-se de “veículo oficial”.

III – Acompanhar a autoridade de trânsito responsável pela ocorrência, prestando as informações necessárias a garantir a veracidade, lisura dos dados levantados e características do acidente.

§ 1°No caso de acidente de trânsito com vítima, o condutor não deverá realizar alterações na cena do acidente, somente poderá ser procedido a remoção do veículo com autorização do órgão de trânsito responsável ou pelo Corpo de Bombeiros.

§ 2°No caso de acidente de trânsito sem vítima, o condutor do mesmo deverá acionar o órgão de trânsito responsável e realizar a remoção do veículo sobre pista somente após a autorização do mesmo, conforme determina o Art. 178 da CTB e se possível, deverão ser fotografados antes de qualquer alteração na cena para provas futuras.

 Art. 13 Deverá ser instaurada sindicância administrativa, para apuração de responsabilidade do servidor envolvido no acidente de trânsito, quanto ao pagamento dos danos do veículo, bem como da franquia do seguro.

# Capítulo VII

**DO CONTROLE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS**

Art. 14 O abastecimento dos veículos deverá ser realizado em postos credenciados pela administração pública e vencedores de processo licitatório, cujo combustível deverá ser compatível com o licitado.

Art. 15 O condutor ficará responsável pelo abastecimento do veículo, o qual deverá verificar a necessidade assim que proceder a sua retirada.

Parágrafo Único:Ao realizar o abastecimento no posto credenciado, o condutor do veículo ou máquina deve informar os dados corretos da quilometragem ou horímetro, conforme o caso.

Art. 16 Todos os veículos e máquinas que compõem a frota municipal devem ser cadastrados em sistema informatizado de controle de frota do município.

§ 1°Mensalmente o setor de frotas deverá emitir relatórios em sistema informatizado de consumo de combustível para conferência e controle, relatando qualquer anomalia ao superior imediato.

§ 2° As notas de abastecimento do veículo e máquinas, devem ser analisadas mensalmente pelo responsável da frota, verificando preços conforme cláusula contratual de licitação.

§ 3° O cupom fiscal emitido pelo posto de combustíveis no momento do abastecimento deverá ser assinado pelo motorista responsável pelo abastecimento e anotado de forma legível seu nome.

# Capítulo VIII

# DO LICENCIAMENTO DO VEÍCULO

Art. 17 O setor de frotas/responsável pela pasta onde o veículo estiver lotado, deve emitir e providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos automotores em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo CONTRAN, bem como a devida quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres.

# Capítulo IX

# DA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO

Art. 18 É de responsabilidade dos setores de frotas/responsável pela pasta onde o veículo estiver lotado, manterem a frota de veículos do Município revisada preventiva e corretivamente, com vista a minimizar a ocorrência de falhas mecânicas e melhorar a gestão da frota.

Art. 19Qualquer manutenção da frota com ou sem a compra de peças e componentes deverá ser obrigatoriamente precedida além das disposições da Lei nº 4.320/64 em relação ao prévio empenho e outras normas legais, nos moldes da orientação formulada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, constante em seu préjulgado n° 803 ou outro que venha a substituir.

§ 1°No orçamento de peças e componentes da empresa vencedora da licitação para prestação dos serviços deverá constar expressamente a descrição completa da peça de modo a possibilitar a correta identificação do produto.

§ 2° Deverá também ser juntado pelo setor de frotas à respectiva compra outros orçamentos de fornecedores de peças, compondo o processo de compra com no mínimo 03 orçamentos, para que a administração decida e aprove a que melhor lhe convier.

§ 3° Uma vez aprovado pela Administração o orçamento de peças e componentes da marca ou do fornecedor “X”, o particular poderá proceder à aquisição para execução dos serviços.

§ 4°Os serviços de manutenção e compra de peças de que trata o *caput*, quando realizadas por empresa contratada especialmente para este fim, deverão ser precedidos de avaliação do servidor ocupante do cargo de mecânico do município, atestando a necessidade dos serviços indicados pela oficina, constantes do orçamento, bem como a compatibilidade do tempo de mão de obra para execução de cada serviço.

Art. 20Os orçamentos emitidos pelas empresas fornecedoras serão validados levando-se em consideração os seguintes fatores:

I - Timbre da empresa.

 II – Data.

III – Código das peças.

IV – Assinatura do responsável.

V – Valores compatíveis com o mercado.

IV – Compatibilidade das peças com o veículo.

Parágrafo Único – No caso de orçamentos recebidos do e-mail oficial dos fornecedores poderá ser dispensada a assinatura do responsável.

Art. 21 A verificação dos orçamentos referentes a tempo de serviço de mão de obra para manutenção dos veículos será também realizada pelo setor de frota, com auxílio dos servidores ocupantes do cargo de mecânico.

§ 1°O mecânico do Município deverá ainda, verificar, acompanhar e fiscalizar se os serviços foram executados adequadamente e se as peças utilizadas estão conforme consta no contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços de manutenção da frota, e atestará a conformidade mediante carimbo e assinatura no verso das notas fiscais de prestação de serviços e fornecimento de peças.

Art. 22 As peças substituídas consideradas sucatas deverão ser devolvidas ao Município.

Art. 23Afim do cumprimento dos princípios da administração pública, sugere-se que os veículos e máquinas e equipamentos da frota municipal, passem periodicamente por inspeção, com o objetivo de avaliar a sua permanência no patrimônio público municipal.

# Capítulo X

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24 A qualquer cidadão é facultado denunciar o uso irregular de veículo pertencente à frota que atende a Prefeitura de Xxxxxxxxxxxx e suas entidades vinculadas, ligando para o número de telefone afixado no próprio veículo, ou acessando a ouvidoria municipal através do site oficial da prefeitura.

Art. 25 É de responsabilidades comuns a todos os órgãos da administração direta ou indireta manter esta Instrução Normativa à disposição de todos os servidores, zelando pelo fiel cumprimento da mesma.

Art. 26 A eventual ausência de disposição nesta Instrução Normativa a cerca das demais exigências legais aplicáveis não desobriga do seu cumprimento.

Art. 27 Integra a presente Instrução Normativa os seguintes anexos:

Anexo I – Diário de Bordo para Veículos.

Anexo II – Diário de Bordo para Máquinas.

Art. 28 Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da sua publicação.

Xxxxxxxxxxx, xx de xxxx de 2023.



xxxxxxxxxxxxx

Controlador Geral do Município

# ANEXO I

**DIÁRIO DE BORDO PARA VEÍCULOS**

|  |
| --- |
| **DIÁRIO DE BORDO PARA VEÍCULOS** |
| **MÊS:** | **ANO:** | **VEÍCULO:** | **PLACA:** |
| **Dia** | **Hora Saída** | **KM Saída** | **Destino** | **Hora Chegada** | **KM Chegada** | **Nome/Assinatura do Motorista** |
| 01 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 02 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 03 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 04 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 05 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 06 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 07 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 08 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 09 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 10 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 11 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 12 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 13 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 14 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 15 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 16 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 17 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 18 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 19 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 20 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 21 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 22 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 23 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 24 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 25 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 26 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 27 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 28 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 29 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 30 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 31 | **:** |  |  | **:** |  |  |

# ANEXO II

**DIÁRIO DE BORDO PARA MÁQUINAS**

|  |
| --- |
| **DIÁRIO DE BORDO PARA MÁQUINAS** |
| **MÊS:** | **ANO:** | **MÁQUINA:** |
| **Dia** | **Hora Saída** | **Horímetro Saída** | **Destino** | **Hora Chegada** | **Horímetro Chegada** | **Nome/Assinatura do Motorista** |
| 01 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 02 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 03 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 04 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 05 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 06 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 07 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 08 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 09 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 10 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 11 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 12 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 13 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 14 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 15 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 16 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 17 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 18 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 19 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 20 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 21 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 22 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 23 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 24 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 25 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 26 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 27 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 28 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 29 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 30 | **:** |  |  | **:** |  |  |
| 31 | **:** |  |  | **:** |  |  |